

NEOCONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO: A PRESENÇA DAS REDES DE POLÍTICAS NO GOVERNO LULA III

José Mawison Cândido de Lima
Universidade Federal de Pernambuco UFPE
mawisonlima@gmail.com
Paulo Bruno José Ferreira de Brito
Universidade Federal de Pernambuco UFPE
paulo.fbrito@ufpe.br
Marnie de Albuquerque Cordeiro
Secretaria de Educação de Pernambuco
marniecordeiro@hotmail.com
Alberto Lopes dos Santos Freitas
Universidade Federal de Pernambuco UFPE
alberto.santos@ufpe.br

Introdução

Por meio de um estudo exploratório, o presente trabalho discute a influência do neoconservadorismo nas políticas de educação básica no contexto do atual governo (Lula III). Entendemos o neoconservadorismo como uma corrente política e ideológica caracterizada pela defesa de valores tradicionais, nacionalismo, liberalismo econômico e crítica ao progressismo e ao intervencionismo estatal em áreas sociais, inclusive na educação, manifestando-se na valorização do mérito individual, na defesa de padrões rigorosos de ensino, na ênfase em disciplinas tradicionais e na oposição a abordagens pedagógicas consideradas relativistas ou ideologizadas.

É importante destacar a diferença entre neoconservadorismo e neoliberalismo, sendo o primeiro focado em valores morais, identidade nacional e autoridade estatal, enquanto o segundo é uma teoria econômica. No entanto, ambos têm algumas similaridades, como a defesa do mercado e do estado mínimo, a oposição ao Estado de bem-estar social, o autoritarismo e o controle social, e o apoio ao capitalismo globalizado (Brown, 2019).

Não podemos afirmar que no atual governo houve uma aliança com grupos políticos neoconservadores, mas como se trata de um governo progressista eleito por uma frente ampla, há presenças diversas defendendo seus interesses dentro do governo, como Institutos, consultorias e Fundações, que defendem valores neoliberais na educação. Vamos considerar duas dimensões do governo atual: o momento de transição/composição da coalizão e a retomada das Conferências de Educação. Na composição da coalizão ampla, analisaremos os grupos ou entidades representadas na formação do Governo. A partir disso, é possível evidenciar já ali a conformação de uma rede de política, seus agentes e atores, bem como o

nível e formas de influências na elaboração do projeto de educação posto em marcha no atual momento do país.

Efervescência e retomada no Ministério da Educação

Bem, é correto afirmar que o Ministério da Educação, tomado por paralisia durante a gestão Bolsonaro (2019-2022), recebeu um novo fôlego a partir de 2023 com a chegada da atual coalizão ao governo, tornando o lema da reconstrução muito propício para a Educação. Políticas de educação básica como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Programa Escola das Adolescências e a reformulação do Novo Ensino Médio mitigando os efeitos da Reforma de 2017. Além disso, áreas que haviam sido apagadas da estrutura do Ministério voltam a existir com a retomada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), abordando temas como inclusão, diversidade, educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental, entre outros. A criação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) também destaca a importância do princípio da equidade.

Este conjunto de políticas evidencia certa efervescência no setor da educação, refletindo o compromisso do governo atual com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Palavezzini e Nogueira (2014) afirmam que "as políticas educacionais expressam o contexto em que foram gestadas e formuladas, isto é, expressam as políticas do Estado" (Palavezzini; Nogueira, 2014, p. 6). Esse movimento também reflete a influência da parcela mais progressista da base de apoio do governo.

No entanto, esse cenário esconde o papel e o lugar do campo neoconservador na influência das políticas educacionais, semelhante a um iceberg cuja maior parte está submersa. Ball (2014) assinala que, no estado globalizado em que vivemos, problemas de política geralmente são construídos, não identificados, e essas redes operam a partir de financiamento privado, associadas a entidades promotoras da filosofia neoliberal. No Brasil, por exemplo, temos o Instituto Liberdade, membro da Liberty Network e parceiro da ONG Todos pela Educação. As pesquisas de Ball (2014) indicam que as políticas dessas redes têm a filosofia neoliberal como propulsora, mas refletem valores neoconservadores. É importante identificar a influência neoconservadora na rede de políticas da atual gestão, especialmente na educação, através de Institutos, Fundações e Consultorias que fazem parte da coalizão que elegeu o governo.

Na equipe de transição da educação, constam nomes como Priscila Cruz, do Todos pela Educação, Claudia Costin, ex-Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado no governo do PSDB e atual Diretora Global de Educação do Banco Mundial, e Veveu Arruda, Diretor Executivo da Associação Bem Comum. Documentos e cerimônias de lançamento das políticas deixam clara a presença desses entes, como o Instituto Reúna no Programa Escola das Adolescências e o Instituto Sonho Grande na política de Educação Integral, ambos patrocinados pela Fundação Lemann.

Neoconservadorismo nas políticas educacionais no atual governo

Em se tratando de um governo de coalizão ampla, a possibilidade de assimilação de concepções diferentes e até divergentes ideologicamente devem ser consideradas, contudo, parte desta tensão pode ser invisibilizada pela forma mesmo como a política se apresenta, seus textos e discursos. A isso Ball (2014) denomina opacidade, uma das principais características de uma rede política. Essas redes contam com atores que se movem nas estruturas governamentais influenciando no desenho de políticas e trazendo para elas seus objetivos e interesses que, normalmente, são financiados pelo capital, mas nem sempre compreensíveis ou perceptíveis a olhos nus. Cabe, então, aos pesquisadores do campo da política educacional olhar além da ponta do iceberg, já que nenhuma política educacional vai estar isenta de disputas.

No campo da educação, o neoconservadorismo se manifesta na valorização do mérito individual, na defesa de padrões rigorosos de ensino, na ênfase em disciplinas tradicionais e na oposição a abordagens pedagógicas consideradas relativistas ou ideologizadas. Essa perspectiva frequentemente defende maior controle sobre os conteúdos curriculares, a ampliação da participação do setor privado na educação e a responsabilização individual de alunos e professores pelos resultados escolares. Segundo Apple (2003), o neoconservadorismo educacional está associado a um desejo de restaurar uma ordem moral e disciplinar que, para seus defensores, teria sido enfraquecida por políticas progressistas. Corroboram essa ideia Santos e Pereira (2024, p. 828) quando afirmam que as diferenças entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo se afinam por representarem um projeto que objetiva restaurar e conservar o poder da classe dominante. A opção analítica de associar a presença de Institutos, Fundações e Consultorias no projeto de governo e, conseqüentemente, nas políticas de educação deste governo, deve-se ao fato de que esses tipos de entidades buscam a implementação de uma agenda educacional valendo-se de terminologias como direito à educação, liberdade de escolha

da escola e oferta de currículo conectado com as necessidades atuais do mercado de trabalho, este último passando quase sempre pela unificação do currículo (Mainardes, 2009).

Conclusões

Esse conjunto terminológico ajuda a camuflar a presença mas, sobretudo, as intenções de tais organizações. Portanto, é possível que, neste grande iceberg de políticas que se apresentam para garantir o direito à educação, que olha para grupos minoritários e que reativa discussões como a dos Direitos Humanos, haja ali também o encaixe de blocos de gelo, normalmente revestidos de neutralidade, que vão garantir a presença da agenda neoconservadora no escopo da atuação do governo.

A ameaça do neoconservadorismo na educação se dá pelo fato de que a educação deve servir como uma ferramenta para promover a justiça social, o que é incompatível com os valores neoconservadores que se inclinam para a manutenção das assimetrias sociais.

Referências

APPLE, M. Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BALL, Stephen J. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BROWN, Wendy. (2019), Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino; Eduardo Altheman Santos. São Paulo, Editoria Filosófica Politeia.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

PALAVEZZINI, Juliana; NOGUEIRA, Francis Mary Mary Guimarães. Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR - Dois Vizinhos. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 17, N.1, P. 05-26, JUL./DEZ. 2014

SANTOS, C. C. dos.; PEREIRA, R. da S. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 18, n. 42, p. 815-831, set./dez. 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22420/rde.v18i42.2229>>